

O DIÁLOGO E A SELEÇÃO DE DADOS PARA UMA GRAMÁTICA

Daniel L. Everett (UNICAMP)

I. Introdução

A. O problema

Este trabalho não trata de métodos de campo. Já existe um corpo grande de literatura sobre este assunto que a linguística moderna tem herdado do estruturalismo (e.g., inter alia Pike (1947; 1976); Harris (1947)).

Ao contrário, neste estudo gostaria de considerar uma solução parcial de um problema sugerido por Chomsky (1980a: 2):

"... we have little a priori insight into the demarcation of relevant facts - that is, into the question of which phenomena bear specifically on the structure of the language faculty, in initial or mature state as distinct from other faculties of mind or external factors, that interact with grammar... to produce the data directly presented to the investigator..." (ênfase minha)

Em outras palavras, o que é que deveríamos incluir nas nossas gramáticas de línguas específicas? Existe algum critério ou conjunto de critérios que possa nos guiar na seleção de dados relevantes?

B. A tese

Gostaria de sugerir que tal critério existe, ou seja, a 'sistematicidade'. Outrossim, como será demonstrado no decorrer deste estudo, não se pode restringir este critério arbitrariamente a uma competência linguística 'autônoma' mas ele tem que ser aplicado no uso real da língua, em que chamarei a situação de enunciado¹. Além do mais, pressuporei (reservando a argumentação para seção II.C) que o diálogo é a situação de enunciado principal e que ele é crucialmente incluído em qualquer estu-

do sério da competência lingüística. Isto é, começamos com a pressuposição de que a estrutura internalizada de regras responsáveis pela manifestação da linguagem somente poderá ser compreendida na medida em que for melhorado o nosso entendimento do diálogo.

Questões se levantam imediatamente em relação a estas hipóteses: "Por que a sistematicidade?" "O que é a sistematicidade?" (Claramente não desejamos incluir relacionamentos entre, digamos, comprimento de sentenças e tamanho da língua, mesmo que fossem 'sistemáticos' em algum sentido) ² "Qual é a natureza da relação entre a sistematicidade, o diálogo e a competência lingüística?"

II. A homogeneidade

A. Introdução

Na literatura lingüística, parecem existir duas maneiras básicas de abordar o estudo da linguagem. A primeira destas a ser tratada aqui é a noção de homogeneidade, proposta de forma explícita por Chomsky:

"Linguistic theory is concerned primarily with an ideal speaker-listener, in a completely homogeneous speech community, who knows its language perfectly and is unaffected by memory limitation, distractions, etc".³

A segunda maneira, a heterogeneidade, será o assunto da próxima seção deste trabalho. Prima facie, não há nenhuma razão, apesar de Chomsky (1980b: 24-25), para preferir uma perspectiva sobre a outra. Por outro lado, o raciocínio atrás do princípio de homogeneidade parece claro. Em primeiro lugar, tem que haver algum tipo de idealização do pesquisador ou a pesquisa será extremamente dificultada por irrelevantâncias, buscas em vão ou teorias sem êxito baseadas no tipo de informação errada. Em segundo, aqueles que supõem desde o início, como Chomsky, que há uma entidade mental autônoma, a competência lingüística, que não depende de fatores não lingüísticos, para ser descrita corretamente, precisará de alguma restrição deste tipo sobre a intrusão de tais fatores. Note-se, porém, que nenhuma destas razões tem uma base empírica. A segunda razão é metateórica enquanto a primeira é prática⁴. Portanto, não há necessidade de ter reticência de oferecer alternativas devido à opinião infundada que a noção chomskyana da competência tem sido provada ou estabelecida de alguma forma como a posição mais provável.

Alguns pesquisadores têm dito (cf. Culicover, Wasow, e Akmajian 1977) que esta restrição tem sido apoiada por resultados produtivos, ampliando o nosso conhecimento da língua. Porém, outros investigadores competentes continuam a duvidar disto:

"Many linguists have been assuring us now for years that the main value of the study of linguistics is that it provides insights into the nature of the mind. After over twenty years of this we might reasonably ask what is it that we are supposed to have learned about the mind from all this study? If the chief results are such things as that the mind uses structure dependent rules (Chomsky 1976) then it would appear that any increase in understanding has been rather modest". (Searle 1981).

De qualquer modo, se aceitarmos o desafio animador de Chomsky de explicar a capacidade lingüística humana em termos de capacidades mentais inatas, enfrentamos a polarização entre a posição de que esta capacidade só poderá ser entendida em termos de seu encaixamento num 'milieu' sociocultural (a heterogeneidade) e a negação explícita desta posição por lingüistas gerativistas (a homogeneidade).

B. Evidência

Nas seções posteriores queremos considerar em detalhe certas evidências e afirmações a favor da hipótese de heterogeneidade, especialmente em relação ao diálogo. Ao concluir esta discussão de homogeneidade, deve ser mencionado que são poucos os estudos psicológicos ou neurofisiológicos que oferecem evidência direta para a hipótese da organização modular autônoma de capacidades mentais. De fato, alguns estudos (cf. Hilgard, Atkinson e Atkinson 1975: 38ss.) revelam que em muitos casos o cérebro opera através de uma 'rede' de interrelacionamentos intrincados entre locais geográficos dentro do córtice cerebral permitindo (talvez evoluindo para) a redistribuição da responsabilidade para certas capacidades afetadas por danos cerebrais, etc. Entretanto, concordamos com Chomsky (1980b: 197ss.) que a hipótese de uma competência homogênea e autônoma é muito interessante e certamente a mais forte das duas hipóteses sob considerações aqui. Interessante como é, porém, ela tem que ser avaliada empiricamente. É a esse respeito que a acredito ser a mais fraca.

III. A heterogeneidade e o diálogo

A. Introdução

A heterogeneidade implica na rejeição de uma competência lingüística autônoma, referindo-se ao problema básico da necessidade de "...discover and explicate the competence that enables members of the community to conduct and interpret speech..." (Hymes 1974:43).

Note que a conduta e a interpretação da fala pressupõe implicitamente o

diálogo. Outros pesquisadores como Pike (1976) têm colocado o diálogo no ápice de uma 'hierarquia' gramatical:

"Basic to the understanding of any of the units in preceding chapters in the presence of an exchange between a speaker and hearer, as an utterance and a response. This sets up the social situation within which language operates..." (277)

Ao participar num diálogo, os falantes modificam a sua fala para conformar-se às respostas imediatas do ouvinte (tal como o "uh huh" do inglês, cf. Schegloff 1981) e o que eles percebem ser os padrões antecipados socialmente da fala (Fasold 1978, e outros). Esse tipo de ajustamento é conhecido como um fator variável. Proponentes da hipótese de heterogeneidade (e.g. Weinreich, Labov e Herzog 1968) têm proposto que tais variáveis são básicas à língua humana, internalizados na competência lingüística do falante nativo. Exploraremos esta noção mais abaixo. Porém, primeiro seria interessante ver uma objeção oferecida por Chomsky contra esta perspectiva.⁵

Basicamente, a objeção de Chomsky vem da suposição de que certos fenômenos sintáticos tais como movimento-wh, ciclicidade estrita, anaphoric binding, etc. não podem ser afetados de maneira alguma por fatores extralingüísticos e portanto são derivados exclusivamente de uma faculdade independente de linguagem (cf. Chomsky 1975; 1980b). Uma resposta óbvia a isto é, dependendo de se tais fenômenos são universais, eles poderiam refletir limitações perceptuais naturais. Se eles parecerem ser realmente universais então mais pesquisa será exigida para determinar o efeito, se houver, de interação lingüística (a conversação ou o diálogo) no desenvolvimento deles. Em outras palavras, não é claro, a priori, que tais elementos não poderiam ser programados filogeneticamente para necessidades interacionais de alguma forma. Mas mesmo se fosse incorreta esta hipótese, isto é, mesmo se não existisse conexão alguma entre tais fenômenos e o uso da linguagem num sentido social, eles indicam, claramente que a linguagem é vinculada a outros sistemas mentais. Pode parecer tautológico dizer isto mas este tipo de vinculação cerebral é um argumento implícito contra a noção de autonomia. O único valor que a idéia de autonomia poderia possuir, portanto, é heurístico. Voltaremos a esta possibilidade abaixo.

Ademais, numa teoria da linguagem que seriamente procure descrever a competência lingüística, fenômenos sistemáticos (no sentido a ser definido abaixo, IV. A) do diálogo, somente podem ser omitidos com grande custo à validade da teoria. Nesta mesma linha de pensar, precisamos estar cientes do fato de que a relação entre a comunicação e a função da linguagem é uma decisão empírica crucial. A caracterização da linguagem, a competência lingüística, etc. dependerá das suas pressuposições iniciais (e interpretações subseqüentes dos tipos de regras, dados etc. encontrados na análise lingüística) sobre a função da linguagem. Proibir o diálogo de uma teoria da gramática que mantém um interesse explícito em entender a gramática universal (e

os fenômenos sistêmicos e regulados por regras que são intimamente ligadas com ela) é um erro grave.

A teoria gerativa e as outras teorias desta mesma tradição (cf. Everett 1981) têm trazido muitas inovações à teoria lingüística e a disciplinas relacionadas. Uma das inovações mais revolucionárias, talvez a mais revolucionária, é a rejeição explícita da comunicação ser a função básica da linguagem:

"It seems that either we must deprive the notion 'communication' of all significance, or else we must reject the view that the purpose of language is communication". (Chomsky 1980b: 230)

A sugestão que gostaria de fazer aqui é que podemos ignorar os traços sistêmicos do diálogo em particular e o uso da linguagem em geral somente se negarmos que esta função comunicativa seja a essência da linguagem. Por outro lado, ao aceitar esta noção somos obrigados a desenvolver um modelo explícito e coerente pelo qual possamos iniciar, desenvolver e apresentar os resultados da nossa indagação sobre a linguagem.

Gostaria de oferecer algumas sugestões iniciais a este respeito na seção seguinte. Os dados vêm do Pirahã, uma língua amazônica da família Mura.

B. Evidência do Pirahã

1. A situação

No Pirahã existe um caso interessante de distribuição alofônica de dois segmentos foneticamente raros, [b̃], uma vibrante sonora e [ɬ̃], um tipo de flap lateral (cf. Everett 1981a). Conforme estudos fonêmicos anteriores do Pirahã (Heinrichs 1964, Sheldon 1977), estes dois segmentos aparecem num tipo de variação livre com os fonemas /b/ e /g/, respectivamente. As regras propostas para exprimir esta variação foram dadas por Heinrichs como:⁶

(a) /b/ → [b] ~ [b̃] / /o/___/i/
[b] / nos demais ambientes

(b) /g/ → [g] ~ [ɬ̃] / /i/___/o/
[g] / nos demais ambientes

Estas regras dizem que [b] varia com [b̃] entre /o/ e /i/ e que [g] varia com [ɬ̃] entre /i/ e /o/. Porém, esta regra é inadequada formulada deste jeito. Por exemplo, durante os primeiros três meses da minha estada entre os Pirahã, nunca

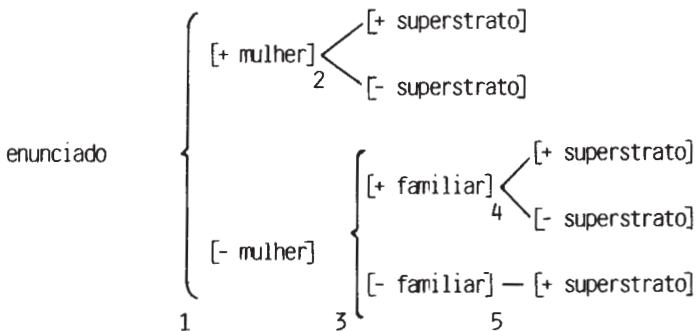
observei estes segmentos na fala dos homens. As mulheres, por outro lado, os usaram frequentemente (nunca diretamente comigo, cf. nota 7 abaixo). Minhas observações sobre a fala das mulheres sempre foram indiretas já que as mulheres Pirahã nunca falam diretamente a pessoas alheias. Cheguei, portanto, à conclusão de que ou os homens simplesmente não usam estes segmentos, uma opinião contradita pela análise de Heinrich, ou que os homens, como as mulheres, usam-nas somente em situações marcadas pela ausência de estrangeiros.⁷ Esta última hipótese foi, de fato, confirmada algum tempo depois quando um dos líderes da aldeia entrou na minha casa uma noite e me informou: "Faz muito tempo que você está aqui conosco. Quero lhe ensinar alguma coisa". Daí ele começou a pronunciar a palavra para "leite" nas suas várias formas:⁸

[?ibògì]

[?ibògì]

[?ibò^hì]

Esta confirmação da minha sugestão anterior indica que as circunstâncias relevantes ao uso dos segmentos [b] e [i] podem ser diagramadas da maneira seguinte:



Há cinco opções básicas quanto a tipo de situação sócio-dialógica em questão, cada uma das quais é relevante para a produção das vibrantes. A definição do par de traços [±superstrato] será esclarecida abaixo. A primeira especificação situacional é simplesmente que o diálogo ou envolve um falante feminino ou um falante masculino (os colchetes são empregados aqui no sentido de "determinado pela situação"). A segunda situação resulta da determinação ao nó 1 que uma mulher está falando. Neste caso, a variação é livre entre [+superstrato] e [-superstrato]. Como estou usando o termo aqui, superstrato significa "possuído pela cultura envolvente". Portanto, [b] e [i] são [-superstrato] já que eles não existem em português.

Na terceira situação, o colchete significando mais uma vez "determinado

pela situação”, um homem está falando. O par [\pm familiar] indica que ele está ou falando na presença de uma pessoa alheia [- familiar] ou exclusivamente entre os Pirahã [+ familiar]. Enquanto ele estiver falando somente entre outros Pirahã, variação entre os traços [\pm superstrato] é possível, como se vê no nódulo 4. A última situação é quando um homem está falando com estrangeiros, usando apenas o elemento [superstrato].

2. Uma solução proposta

A primeira observação a ser feita em relação a esta discussão é que somente através de um estudo do diálogo em vários ambientes e combinações de interlocutores teria sido possível a coleção de informação necessária para um entendimento do uso destas variantes em Pirahã.

A segunda é que tudo isto é muito fácil de compreender e que nosso próprio bom senso nos informa que um homem Pirahã pode reconhecer se tem um estrangeiro presente e ajustar sua fala de acordo com esta informação. Sugeriria, portanto, que estes segmentos são reconhecidos pelos falantes nativos como sendo diferentes dos outros membros do inventário fonético. Também diria que este reconhecimento é baseado precisamente na sua divergência do português.

Nos parágrafos que se seguem, discutirei uma solução do problema de como esta interação sociolinguística pode ser analisada dentro do quadro desenvolvido até agora e depois considerarei algumas visões alternativas. Qualquer análise que pretenda descrever as manifestações destas vibrantes [- superstrato] do Pirahã, terá de incorporar toda a informação considerada relevante para estas manifestações pelos falantes nativos.⁹ Isto é, se desejarmos captar o conteúdo intencional das regras que governam o uso destes elementos, tais fatores são indispensáveis.

Considerando os elementos necessários para a regra, tomemos primeiro o ambiente fonológico. As duas regras propostas por Heinrichs (cf. acima) podem ser combinadas num tratamento gerativo como o seguinte:

$$\left[\begin{array}{l} - \text{ silábico} \\ + \text{ sonoro} \\ \blacktriangleleft \text{ labial} \\ - \text{ vibrante} \end{array} \right] \rightarrow [+vibrante] / \left[\begin{array}{l} + \text{ silábico} \\ - \blacktriangleleft \text{ labial} \end{array} \right] \left[\begin{array}{l} + \text{ silábico} \\ \blacktriangleleft \text{ labial} \end{array} \right]$$

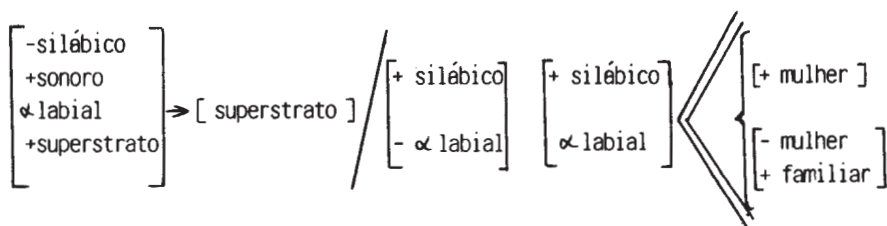
Condição: esta regra é opcional

Nesta forma a regra continua inadequada. Ela não fornece informação alguma da competência do falante nativo no seu correlacionamento destes segmentos com o contexto social do diálogo. Mencionei anteriormente que tal correlacionamento é óbvio. Eu sei disso, o leitor sabe disso e os Pirahã sabem disso. Por que é que a nossa

regra não pode saber disso?

Suponhamos que possamos de fato incorporar esta informação na regra. O que exatamente precisaremos? Primeiro, obviamente, temos que incluir o contexto social e dialógico. Mas será necessário também marcar aquelas entidades afetadas pelo ambiente social. Isto é, precisamos de um traço como [\pm superstrato]. Estamos dizendo, então, que o par de traços [\pm superstrato] delimita uma classe relevante de segmentos fonéticos.¹⁰

Ao sintetizar estes detalhes, podemos derivar uma regra mais ou menos como a seguinte:



Condição: Esta regra é opcional no contexto especificado (cf. nota 9)

D. Competências múltiplas

Há uma alternativa à regra dada acima que mantém o conceito da linguagem como sendo principalmente expressiva e é consistente com a idéia de organização modular do cérebro. Aqui meramente apresentei a perspectiva de maneira informal e a criticarei em relação ao quadro teórico desenvolvido acima.

Esta alternativa propõe que justamente como existe um módulo autônomo de competência linguística, existem módulos autônomos de competências social e pragmática. A competência social subjaz no comportamento social enquanto o elemento pragmático relaciona outros módulos de competência (Marcelo Dascal, comunicação pessoal).¹¹ Há uma incongruência fundamental em manter simultaneamente a autonomia destes módulos e a sua interdependência. Interdependência significa vinculação. Vinculação é por definição incompatível com a noção de autonomia. Então em que medida seriam tais módulos autônomos? Certamente em nenhum sentido comum da palavra. Portanto, para parafrasear a crítica de Chomsky do conceito comunicacional da linguagem, "ou teremos de despojar a noção da competência linguística autônoma de todo o seu significado ou teremos de rejeitar esta noção". Em outras palavras, já que não há apoio seguro para a autonomia biológica de tais módulos, a autonomia só poderia ser uma noção heurística. Mas temos mostrado que é de pouca utilidade nesta capacidade também, já que não podíamos entender a fonologia de Pirahã sem entender fatores sociais do diálogo de Pirahã.

E. Outras evidências

1. Estudos sincrônicos

Um artigo importante e útil nesta discussão foi publicado por R. Fasold, "Language Variation and Linguistic Competence" (em Sankoff 1978). Fasold afirma na sua introdução que:

"Even as only a heuristic tool, variable rule research would be well worthwhile, but it seems likely that a concept that allows the insightful analysis of a wide range of language data would also be part of a theory of human linguistic competence".

No decorrer do artigo ele considera cinco hipóteses a respeito da incorporação de regras variáveis na competência linguística humana.

De um ponto de vista, o artigo de Fasold providencia evidência mais forte contra a autonomia da competência linguística do que a situação do Pirahã. Ele trata o apagamento de oclusivas alveolares na posição final da palavra em certos dialetos de inglês. Ao contrário dos dados do Pirahã que de certa forma mostra uma proibição numa variação livre em outros respeitos, os exemplos de inglês mostram as condições precisas nas quais uma oclusiva alveolar estará presente ou ausente. Isto é, Fasold pode prever a ocorrência destes segmentos. Esta evidência implica na existência de camadas de estrutura que são diferenciadas pelo falante segundo a sua competência. Fasold escolhe a hipótese que diz que "... a speaker knows the factors that favor a variable and also a hierarchical order of strength or weight among them". (p.86)

A implicação deste estudo é que qualquer regra que omite estes fatores variáveis não representa nem uma caracterização da competência linguística nem uma generalização adequada do comportamento.¹²

A conclusão inevitável é que existem fatores variáveis incorporados na competência do falante (seja isto pensar, participar em diálogo ou qualquer outra coisa). Como descrito originalmente por Chomsky, o uso da linguagem, o desempenho, era considerado um resíduo de fenômenos não sistemáticos, afetando a manifestação da competência. A idéia tem evoluído, porém, para permitir a possibilidade de regularidades no uso da linguagem (o que subdividirei no regular e no sistemático).¹³

Em qualquer caracterização, o comportamento sistemático e previsível reflete a competência do falante nativo. Portanto, uma explicação desta competência exige a inclusão de qualquer fenômeno que interage sistematicamente com uma gramática como uma parte integral daquela gramática.¹⁴

Trabalho de Schegloff e outros pesquisadores na área de conversação tem revelado que há uma quantidade grande de informação valiosa acessível pelos estudos do diálogo. Claro, nem todos estes pesquisadores gostariam de aplicar os resultados destes estudos a uma noção tão exótica quanto a competência. Mas evidência tal como a

do Pirahã pareceria indicar que este tipo de aplicação não somente é justificável mas exigida para qualquer descrição da competência. E esta conclusão parece ser válida tanto de estudos sincrônicos quanto de estudos diacrônicos.

2. Estudos diacrônicos

A questão que se levanta é se o conceito de heterogeneidade discutido nas seções anteriores é aplicável ao desenvolvimento histórico de línguas. Considerando estudos gerativos tais como os de Kiparsky (e.g., *interalia*, 1968) que ligam desenvolvimentos diacrônicos de uma forma explícita com a competência lingüística, qualquer evidência favorável desta área de estudo apoiaria fortemente nossa hipótese. Segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), uma abordagem exclusivamente lingüística desta área será incapaz de resolver o que é talvez o problema mais interessante da diacronia: "Como acontecem as mudanças lingüísticas? Isto é conhecido como o problema de iniciação ("actuation problem").

Hermann Paul era talvez um dos primeiros pesquisadores na área de lingüística diacrônica a manifestar um interesse explícito nos fatores psicológicos envolvidos. Como qualquer cientista, ele restringiu o objeto da sua investigação desde o início aquilo que considerou ser um corpus pertinente e controlável, para ele representado pela fala de indivíduos fora da fala de grupos (i.e. idioletos). Paul errou ao fazer uma restrição tão enorme. Pelo tratamento dele a existência de dialetos (fatores que distinguem a fala de grupos de indivíduos) é um fato surpreendente, mas pouco interessante. Mas o compartilhamento de linguagem é a própria base da comunicação. Além do mais, por ter rejeitado estes fatores interpessoais, Paul era incapaz de oferecer sugestão alguma sobre o problema de iniciação, mantendo simplesmente que a mudança lingüística era gradual.

Representantes da teoria gerativa, como Paul, procuram na lingüística diacrônica informação sobre os componentes psicológicos da competência lingüística. Vários deles (Halle, Kiparsky, Postal, et. al.), têm desenvolvido um quadro para estudos diacrônicos, como "...phonological changes... independent of contact". (Postal 1968:283). Postal simplifica grosseiramente as diferenças entre a homogeneidade e a heterogeneidade em relação à diacronia, especialmente quando diz:

"... the claim that change is stylistic is not in compatible with the kinds of results reached by such investigators as Labov (1963). These latter matters concern more properly the social explanation for the spread of change, a matter which seems more properly sociological than linguistic". (284)

Tais referências à propagação de mudanças são uma tentativa de negar a impossibilidade de separar a sociologia da lingüística na variação e mudança lingüística. A sistematicidade inerente em fenômenos governados por regras variáveis implica

num papel muito maior destes fatores do que meramente a propagação de uma mudança. Outrossim, como Labov tem observado, sem a propagação de uma mudança não faz sentido falar da sua origem, a não ser que voltemos a conceituação pauliana da linguagem (como uma coleção de idioletos).

Kiparsky (1968 e outros) tem tentado explicar as mudanças lingüísticas através de noção de simplicidade da teoria gerativa. Ele rejeita a conceituação estruturalista das mudanças, empurrando ("pushing") e puxando ("pulling") segmentos através de uma tabela de fonemas. Ao contrário, deveríamos entender as mudanças como um tipo de modificações e reordenamento de regras. Mas mesmo se Kiparsky estivesse correto, ele ainda não forneceu pista alguma em relação à questão de por que certos dialetos adotam uma mudança de regras enquanto dialetos relacionados não a adotam. O problema de iniciação continua sem resolução. De fato, mesmo se estas mudanças orientadas às regras existissem, elas representariam apenas um tipo de mudanças e, portanto, são uma explicação parcial mesmo sem referências ao problema de iniciação. Deve ser óbvio que somente através dos estudos do diálogo e fatores sociais relacionados (análise quantificacional dos efeitos mútuos do falante sobre o ouvinte e vice-versa) que hipóteses poderão ser desenvolvidas no tocante a traços sistemáticos do uso da linguagem que são relevantes às mudanças lingüísticas.

IV. Conclusão

A. A Sistematicidade vs a Regularidade

O leitor provavelmente tenha questionado, durante a leitura deste trabalho, como podemos distinguir o conceito da sistematicidade distinto de fenômenos tais como impedimentos de fala, aberrações psicológicas etc. Isto é, se a sistematicidade fosse o método principal de avaliação na seleção de dados para uma gramática, situações poderiam surgir nas quais nossa construção de uma gramática resultaria em conclusões ridículas. Consideremos, por exemplo, a tarefa do lingüista que deseja estudar uma língua amazônica na qual o último falante gagueja. Sem referência a outros falantes poderia parecer, da minha teoria, que somos obrigados a descrever sua gaguez como sendo parte da sua competência. Já que isto é ridículo, tenho que distinguir entre os conceitos relacionados de regularidade e sistematicidade. A regularidade é apenas um fenômeno estatístico. É previsível mas em nenhuma relação causal ao comportamento. Meu informante gago não tem nenhuma regra de gaguez, ele simplesmente gagueja. Mas como saberei disso? Simplesmente pergunto para ele. Naturalmente, tenho de formar a minha pergunta de tal maneira que posso deduzir a forma subjacente da sua fala pelas suas intuições das suas próprias estruturas superficiais. Se ele corrigir a minha fala não gaga para a gaguez então talvez sua gaguez seja de fato governada por regras. Se não, a falta destas correções será, em conjunção com outras informações semelhantes, do tipo comum da fonologia gerativa, uma maneira de determinar as

formas subjacentes.

Mas então o que será a sistematicidade? É regularidade na qual uma relação causal se obtém entre uma intenção mental subjacente e o comportamento em questão. Somente neste sentido é possível falar de comportamento governado por regras (Searle, comunicação pessoal e notas de aula).

B. Modelos alternativos

Neste trabalho, desejamos oferecer um exemplo concreto da importância do diálogo e traços sistemáticos do uso da linguagem num estudo da competência linguística. Não é nosso propósito meramente criticar propostas prévias mas sim sugerir modelos alternativos, modelos com o objetivo comum de entender a gramática universal. Estamos propondo a exploração de certas sugestões que parecem mais adequadas em termos desta discussão do que a abordagem da teoria gerativa padrão.

Além dos modelos de regras variáveis usados com sucesso nos estudos sociolinguísticos (cf. Sankoff 1978) há outras sugestões que são semelhantes àquilo que temos proposto aqui, e.g. Lakoff (1971; 1977; 1980). Lakoff disse há vários anos (1971) que a hipótese da autonomia da competência linguística era fraca na medida em que ele tem continuado seus argumentos contra a sintaxe autônoma a 'Semântica Gerativa' ainda é viva. Estes argumentos, desenvolvidos através de muito tempo, contra as restrições arbitrárias sobre os dados para gramáticas (baseadas na tese de autonomia) têm causado modificações na teoria gerativa, embora certamente não fossem mencionados explicitamente. A sugestão de uma (possível) competência pragmática é uma destas modificações. Outra é a estrutura superficial enriquecida da teoria de vestígios (Chomsky 1980a; 1981 e outros). O que esta estrutura enriquecida representa de fato é que a sintaxe precisa da postulação destas categorias vazias para dar conta da teoria Semântica na linguística gerativa. Por que não admitir simplesmente que a sintaxe não é autônoma (i.e. não é suficiente para a determinação do significado)? A resposta é que isto tornaria possível o tipo de crítica que tenho feito neste trabalho contra uma competência autônoma (cf. Everett 1981).

C. Notas finais¹⁵

Nesta consideração breve da relação entre o diálogo e a seleção de dados para uma gramática, temos apenas começado uma exploração das ramificações do nosso critério de sistematicidade para a teoria linguística. Certamente o que tem sido discutido aqui não oferece nenhum argumento concludente numa direção ou outra. Por outro lado, espero que tenhamos providenciado um quadro suficiente para desenvolvimentos futuros desta hipótese.

Através da proliferação de teorias alternativas, a linguística tem a

oportunidade de explorar várias avenidas promissoras ao mesmo tempo (cf. a tese básica de Feyerabend 1975). Resta saber se uma teoria mais abrangente será (ou precisará ser) levantada. O desenvolvimento de uma teoria explícita do diálogo, restringida pelos critérios avaliativos da teoria gerativa continua sendo uma possibilidade muito animadora.

NOTAS

1. Quando uso o termo "situação de enunciado", não pretendo significar "desempenho" no sentido da teoria gerativa. Não vejo nenhum motivo para confundir os dois termos. Em outras palavras, podemos manter a noção de um controle (idealizado) por um determinado falante dos vários fatores que entram numa situação de enunciado sem afirmar que este controle seja sem erros em situações reais.
2. Em tais contextos quero distinguir entre a sistematicidade e a regularidade. Esta distinção será esclarecida no decorrer do estudo. Ademais, no tocante à idéia de um critério a priori mencionada na citação de Chomsky, poderia ser respondido que todos os pesquisadores, cientes do fato ou não, aproximam o trabalho de campo com certas opiniões teóricas. Seria melhor tentar uma justificativa explícita de certas destas opiniões em vez de afirmar de maneira ingênua que as nossas conclusões representam resultados puramente indutivos do 'mundo real'. Este tipo de pretensão nos deixaria sem nenhuma escolha senão a de incluir até razões do tipo comprimento de sentenças: comprimento de língua.
3. cf. também Chomsky (1980b: 24, 25)
4. A 'practicalidade' é também teórica no sentido de que é uma imposição da mente ocidental no mundo (cf. Lakoff e Johnson (1980) para uma discussão de tais 'imposições'). Na mesma linha, se sabe que toda argumentação e raciocínio é até um certo ponto interno à teoria (cf. razão um de homogeneidade, acima). Meu comentário é o de simplesmente assinalar o fato de que a questão de homogeneidade vs heterogeneidade não estar de maneira alguma fechada, mas continuar aberta, sujeita ao tipo de evidências empíricas oferecidas neste trabalho.
5. Não considerarei outras objeções levantadas por Chomsky (1980b; 25, 26). Estas objeções atribuem algumas posições absurdas a proponentes da heterogeneidade. Contudo, acho ser extremamente difícil perceber a conexão lógica entre estas posições e a heterogeneidade.
6. As regras aqui são simplificadas de uma forma irrelevante para a presente discussão.

7. Ao contrário dos homens, as mulheres não eram obrigadas socialmente a reconhecer a minha presença. Poderiam se comportar como se eu não estivesse presente. Os homens sempre reconhecem alheios e segundo esta hipótese, eu não teria sido capaz de observá-los num ambiente 'familiar'.
8. A intenção básica dos Pirahã neste encontro era a de me informar que era um deles. A implicação era de que eu deveria, portanto, falar como eles (i.e. usar a língua apropriadamente no diálogo).
9. Como uma alternativa à regra que se segue, poderíamos exprimir os fatores ambientais em termos de uma proibição na "variação livre". Talvez isto seja até uma caracterização melhor do processo.
10. Kenstowicz e Kisseberth (1979: 242) oferecem um comentário pertinente sobre o uso de traços não fonéticos na fonologia:

"If it should turn out that a certain natural class cannot be defined phonetically... one is faced with the choice of introducing a feature with no phonetic correlate... some writers have argued that a feature system should be able to explain why certain sound changes characteristically take place only in certain contexts".
11. Cf. também Chomsky (1980b: capítulo um).
12. O interesse inerente de tais estudos para a teoria gerativa dadas as afirmações de Chomsky sobre a competência linguística, me deixa extremamente perplexo sobre porque Chomsky caracterizaria tão erradamente o trabalho feito por Labov e outros sociolinguístas (cf. Chomsky 1977: 61ss).
13. Cf. Chomsky (1980b: capítulo um).. Não estou ciente de nenhum reconhecimento por Chomsky da evidência que o levou à noção daquilo que ele agora chama de 'competência pragmática'. Podemos supor apenas que foi obrigado a oferecer alguma resposta aos vários estudos que mostram a sistematicidade óbvia da interação sociolinguística.
14. Uma objeção poderia ser levantada a respeito do meu uso duplo do termo 'gramática'. Como é que posso saber o que é aquela gramática à qual acrescentarei a informação sociolinguística? O problema é análogo às objeções originais usadas pelos estruturalistas contra a fonêmica 'sistemática'. Justamente como podemos incorporar informação morfológica na fonologia, podemos incorporar informação sociolinguística numa gramática na medida em que seus efeitos são observados.
15. Há um argumento que poderia ser levantado contra o critério de sistematicidade

para a seleção de dados que merece alguns comentários (este argumento me foi sugerido por Stephen Davis).

Existem certos elementos do uso da linguagem no diálogo que não parecem ser ligados diretamente à noção da competência 'gramatical'. O leitor perceberá que tenho me referido exclusivamente à competência 'linguística' neste trabalho. Porém, embora a leitura da teoria transformacional tenda a trocar estes termos de uma forma relativamente livre, consideremos as implicações de manter uma distinção entre os dois. Desta forma, segundo Davis, a competência gramatical é a essência básica de uma língua, distinguindo enunciados gramaticais dos não gramaticais. A competência 'linguística', por outro lado, poderia ser considerado como um conceito mais do uso da linguagem, um outro tipo de competência (como a 'competência pragmática' de Chomsky). Assim, no português existem as distinções seguintes:

- (i) Você é o meu amigo
- (ii) O senhor é o meu amigo.
- *(iii) Você é a minha amigo.
- *(iv) O senhor sou meu amigo.

Numa gramática de sentenças do Pirahã não haveria nem maneira nem necessidade de rotular (i) ou (ii) como sendo não gramatical. Segundo esta posição, seja que for aquilo que faz (i) ou (ii) inapropriado em certas situações, ele não tem nada a ver com a competência gramatical.

Mas a falácia disto é clara. É de fato muito surpreendente que a própria teoria que criticou tanto o estruturalismo por sua falha de não desenvolver uma 'fonêmica sistemática' (que incluiria dados sintáticos que interagem sistematicamente com os sistema sonoro) exclui fatores sociais que interagem com a gramática.

Em outras palavras, num determinado nível de abstração poderia ser válido falar de fenômenos 'puramente fonéticos' da fonologia. Mas em outros níveis, como morfofonêmico, temos que incluir fenômenos sintáticos. Desta forma, existem níveis da gramática que são entendíveis somente através da inclusão de fatores sociais.

Quem já aprendeu uma língua estrangeira sabe que em muitas circunstâncias sentenças como (i) e (ii) são pelo menos tão inaceitáveis quanto (iii) e (iv) (e, portanto na minha análise, não gramaticais). De fato, a própria noção de gramaticalidade depende do contexto do diálogo. Podemos imaginar contextos nos quais até (iii) e (iv) seriam aceitáveis.

A competência somente poderá ser estudada através de uma análise dos fatores linguísticos, dialógicos etc. que têm um papel causal na produção do comportamento.

BIBLIOGRAFIA

- CHOMSKY, Noam. 1965. Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- _____ 1980a. "On binding". Linguistic Inquiry 11(1): 146.
- _____ 1980b. Rules and Representations. Columbia University Press.
- _____ 1981. Lectures on Government and Binding. Dordrecht: Foris
- _____ and LASNIK, Howard. 1977. "Filters and control". Linguistic Inquiry 8:3: 425-504.
- _____ and RONAT, Mitson. 1977. Diálogos. São Paulo: Cultrix.
- COLE, Peter; HARBERT, Wayne; STIDHAR, Shikaripur; HASHIMOTO, Sachiko; NELSON, Cecil; and SIMIETANA, Diane. 1977. "Noun phrase accessibility and island constraints". in Syntax and Semantics 8, Peter Cole e Jerrold M. Sadock, eds. 1977. pp. 27-46. New York: Academic Press
- EVERETT, Daniel. 1979. Aspectos da Fonologia do Pirahã: tese de Mestrado, inédito, UNICAMP.
- _____, 1981a. "Phonetic rarities in pirahã". A sair.
- _____, 1981b. "Algumas Implicações Epistemológicas do Desenvolvimento da Teoria Linguística". Anais do VI Encontro Nacional de Linguística, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FASOLD, Ralph W. 1978. "Language variation and linguistic competence". em David Sankoff, ed. Linguistic Variation. 1978. pp. 85-97. New York. Academic Press.
- FEYERABEND, Paul. 1975. Against Method. London: Verso.
- HARRIS, Z. 1947. Structural Linguistics. Chicago: University of Chicago Press.
- HEINRICH, Arlo. 1964. "Os fonemas de Mura-Pirahã". Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. 21.
- HILGARD, Ernest R.; ATKINSON, Richard C.; and ATKINSON, Rita L. Introduction to Psychology. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.

- HYMES, Dell. 1974 Foundations in Sociolinguistics. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- KENSTOWICZ, Michael and KISSEBERTH, Charles. 1979. Generative Phonology: Description and Theory. New York: Academic Press.
- KIPARSKY, Paul. 1968. "Rule reordering". em P. Baldi and R.N. Werth, eds. Readings in Historical Phonology. 218-36. Philadelphia: University of Pennsylvania Press 1978.
- KUHN, Thomas S. 1978. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Editora Perspectiva.
- LAKOFF, George. 1971. "On generative semantics". em Danny D. Steinberg e Leon A. Jakobovits, eds. Semantics. 232-96. London: Cambridge University Press. 1971.
- LAKOFF, George, 1977. "Linguistic gestalts". Xerox.
- LAKOFF, George and JOHNSON, Mark. 1980. Metaphors We Live By. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKATOS, Imre. 1970. "O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica" em Imre Lakatos e Alan Musgrave. 1970. A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento. São Paulo: Cultrix.
- PAUL, Hermann. 1886. "On sound change" em P. Baldi e R.N. Werth, eds. Readings in Historical Phonology. pp. 3-23. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1978.
- PIKE, Kenneth L. 1947. Phonemics: A Technique for Reducing Languages to Writing. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- PIKE, Kenneth L. e PIKE, Evelyn. 1976. Grammatical Analysis. Arlington Tx.: The University of Texas at Arlington and The Summer Institute of Linguistics.
- POSTAL, Paul. 1968. Aspects of Phonological Theory. New York: Harper and Row.
- SANKOFF, David. ed 1978. Linguistic Variation. New York: Academic Press.
- SEARLE, John. 1981. Intentionality. Cambridge. Cambridge University Press.

SCHEGLOFF, E. 1981. Notas do curso sobre a análise da conversação no Instituto Linguístico de Inverno, UNICAMP.

SHELDON, Linda. 1977. A Pedagogical Grammar of Pirahã. Unpublished.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; e HERZOG, Marvin I. 1968. "Empirical foundations for a theory of language change" em W. Lehmann e V. Malkiel, eds. Directions for Historical Linguistics. 97-195. Austin: The University of Texas Press. 1968.